COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS

CNPJ / MF: 00.624.964/0001-00 NIRE: 1330000489-4

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	101.794	60.235
Aplicações financeiras	4.2	561.672	564.357
Contas a receber	5	2.238.856	1.232.755
Créditos contratuais	6	1.225.490	528.964
Estoques		610	635
Impostos a recuperar	7	43.313	30.309
Outros créditos		976	908
Total dos ativos circulantes		4.172.711	2.418.163
NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber	5	3.041.764	3.218.619
Créditos contratuais	6	162.161	125.851
Intangível	8	193.837	194.282
Diferido	9	3.342	4.195
Outros créditos		466	475
Total dos ativos não circulantes		3.401.571	3.543.422
TOTAL DOS ATIVOS		7.574.282	5.961.585

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTES			
Fornecedores	10	2.180.662	1.450.562
Obrigações contratuais	11	1.502.188	654.759
Obrigações trabalhistas	12	3.093	3.924
Impostos a recolher		21.551	25.776
Dividendos a pagar	14.4	15.964	18.008
Convênio Eletrobras	13	84.485	51.475
Outras contas a pagar		859	789
Total dos passivos circulantes		3.808.803	2.205.293
NÃO CIRCULANTES			
Fornecedores	10	2.782.333	2.945.201
Obrigações contratuais	11	161.564	125.254
Impostos diferidos	20.1	576.851	456.917
Provisão para riscos trabalhistas, civeis e fiscais	15	104.873	86.414
Convênio Eletrobras	13	11.381	23.962
Total dos passivos não circulantes		3.637.001	3.637.748
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14		
Capital social		104.621	96.667
Reservas de lucros		18.536	15.874
Dividendos adicionais propostos		5.321	6.003
Total do patrimônio líquido		128.478	118.544
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.574.282	5.961.585

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto pelo lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITA LÍQUIDA	16	2.440.022	2.265.361
CUSTO			
Custo dos produtos vendidos	18	(2.343.489)	(2.161.413)
Custo dos servicos de construção	18	(9.110)	(21.275)
LUCRO BRUTO		87.423	82.673
(DESPESAS) RECEITAS			
Despesas gerais e administrativas	18	(25.209)	(27.494)
Outras receitas (despesas)	18	(448)	(623)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		61.766	54.556
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	389.424	189.316
Despesas financeiras	19	(390.942)	(202.103)
Total		(1.519)	(12.787)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		60.247	41.769
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferidos	20.1	(9.964)	(7.037)
Correntes		(2.603)	(2.417)
Total	20.2	(12.567)	(9.454)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		47.680	32.315
LUCRO POR AÇÃO BASICO E DILUÍDO (EM REAIS - R$)		0,6721	0,4555

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2016	2015
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	47.680	32.315
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	47.680	32.315

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$ exceto o dividendos mínimos obrigatórios por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: reserva legal	Reservas de lucros: incentivo fiscal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 1° DE JANEIRO DE 2015		92.889	7.570	3.778	11.159	-	115.396
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(11.159)	-	(11.159)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	32.315	32.315
Capitalização de reservas		3.778	-	(3.778)	-	-	-
Constituição de:							
Reserva legal	14.2	-	1.616	-	-	(1.616)	-
Reserva de incentivo fiscal	14.3	-	-	6.688	-	(6.688)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,4719)	14.4	-	-	-	-	(18.008)	(18.008)
Dividendos adicionais propostos (R$ 0,1573)	14.5	-	-	-	6.003	(6.003)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		96.667	9.186	6.688	6.003	-	118.544
Pagamento de dividendos	14.5	-	-	-	(6.003)	-	(6.003)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	47.680	47.680
Capitalização de reservas	14.1	7.954	-	(6.688)	-	-	1.266
Constituição de:							
Reserva legal	14.2	-	2.384	-	-	(2.384)	-
Reserva de incentivo fiscal	14.3	-	-	6.966	-	(6.966)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,2539)	14.4	-	-	-	-	(28.747)	(28.747)
Dividendos adicionais propostos (R$ 0,0846)	14.5	-	-	-	5.321	(9.583)	(4.262)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		104.621	11.570	6.966	5.321	-	128.478

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		47.680	32.315
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Amortização do intangível e do diferido	8,9,18	10.091	10.484
Constituição da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	15	71.027	2.253
Juros e atualizações monetárias		(82.674)	(58.060)
Constituição de impostos diferidos	20.1	119.934	65.617
Encargos provisionados - Convênio Eletrobras	13	22.129	20.833
Baixa de intangível	8	288	1.483
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(829.246)	(497.869)
Estoques		25	(235)
Impostos a recuperar		(17.221)	(27.159)
Créditos contratuais		(732.837)	(237.392)
Outros créditos		(59)	(123)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		567.232	624.396
Obrigações trabalhistas		(831)	1.294
Impostos a recolher		21.551	24.549
Obrigações contratuais		883.739	388.489
Outras contas a pagar		70	30
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	15	110.890	13.380
Imposto de renda e contribuição social pagos		4.217	7.994
Encargos pagos	13	(3.242)	(4.371)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		192.763	367.908
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adição ao intangível	8	(9.110)	(22.983)
Aplicações financeiras		(124.391)	(1.007.329)
Resgate de aplicações financeiras		25.054	701.387
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(108.447)	(328.925)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização - Convênio Eletrobras	13	(1.700)	(8.816)
Pagamento de dividendos	14.4	(41.056)	(22.473)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(42.756)	(31.289)
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		41.560	7.694
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	4	60.235	52.541
No fim do exercício	4	101.794	60.235
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		41.559	7.694

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS -

A COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS ("Companhia" ou "Cigás") é uma sociedade anônima de economia mista, integrante da administração indireta do Estado do Amazonas, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, criada mediante autorização da Lei Estadual no 2.325 de 8 de maio de 1995, com autonomia administrativa e financeira.

A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, no Estado do Amazonas, sob o regime de concessão, dos serviços locais de gás canalizado, bem como de outras atividades correlatas ou afins, vinculadas ou necessárias à distribuição de gás para todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima e insumos para a indústria petroquímica ou de fertilizante ou como oxi-redutor siderúrgico, seja para a geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos a findar em 31 de janeiro de 2040, considerando a prorrogação do termo inicial autorizada pela Lei Estadual no 3.690 de 21 de dezembro de 2011.

A Companhia assinou em 1o de junho de 2006, concomitantemente, contratos com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (Contrato *Upstream*) e com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A (AmE) (Contrato Downstream), ambos com interveniência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras e das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, cujo objeto foi a compra e venda de gás natural para fins de geração termoelétrica durante um prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir do início do fornecimento comercial (01/12/2010), com Quantidade Contratada de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros cúbicos por dia. A partir de 01 de dezembro de 2015, conforme procedimentos estabelecidos na cláusula quarta dos referidos Contratos, a Quantidade Contratada foi reduzida para o volume de 5.420.000 (cinco milhões quatrocentos e vinte mil) metros cúbicos por dia, a diferença entre a quantidade originalmente contratada e a quantidade vigente a partir de 01/12/2015, ou seja, 80.000 (oitenta mil) metros cúbicos por dia, foi alocada para o outro Contrato ("Não Termelétrico") que a Companhia firmou com a sua supridora (Petrobras).

Em consequência do contrato assinado com a Amazonas Energia, a Companhia assinou, em dezembro de 2006, com a Eletrobras, um Convênio de Cooperação Técnica e Financeira (ECV-205/2006), para viabilizar a construção dos ramais de distribuição de gás, vide nota explicativa n° 13.

Em dezembro de 2010, a Companhia iniciou suas operações comerciais com a entrada dos ramais de distribuição de gás e durante o exercício de 2011, a Companhia ampliou o fornecimento de gás para as termoelétricas.

Os assuntos pertinentes aos contratos acima mencionados, conforme previsto na Cláusula Vinte e Três, do Contrato de Compra e Venda de gás, datado de 06/2006, o Comitê Operacional se reuniu em 12/08/2015 para definir uma agenda de trabalhos contemplando diversos assuntos envolvendo as áreas técnicas e operacionais, inclusive as conciliações contábil e financeira entre a Petrobras, Cigás e Amazonas Energia.

Como resultado dessa agenda inicialmente proposta, foram realizadas diversas reuniões para tratar dos assuntos da pauta.

Os trabalhos encontram-se em aberto aguardando reunião de fechamento pelo Comitê.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, bem como nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nos 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/2014.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações são apresentadas em reais – R$ - a moeda funcional da Companhia.

2.4 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionadas acima.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, acrescido de multa por inadimplência, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros e multa são reconhecidas através da aplicação de taxas efetivas. No caso da Companhia, compreende o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos contratuais.

2.4.1 Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.4.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" - os quais não são aplicáveis à Companhia - ou "Outros passivos financeiros".

2.4.3.1 *Outros passivos financeiros*

Os outros passivos financeiros (incluindo Convênio Eletrobrás, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, acrescidos de multa por inadimplencias.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.4.3.2. *Baixa de passivos financeiros*

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do exercício.

Continua...

2.4.3 Valor justo dos instrumentos financeiros
Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.
A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.
O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo contas a receber, créditos contratuais, fornecedores e obrigações contratuais.
Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade. A hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, resumido como segue:
Nível 1. Mercado Ativo: utilização de dados observáveis no mercado;
Nível 2. Sem Mercado Ativo: técnica de avaliação com certos dados utilizados com preços cotados de ativos similares; e
Nível 3. Sem Mercado Ativo: técnica de avaliação com inputs não observáveis.
Para 31 de dezembro de 2016, a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi classificada na categoria de nível 2. Não houve alterações de categorias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

2.5 Estoques
Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização.

2.6 Intangível
Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pelo concessionário como parte do contrato de concessão do serviço público de distribuição de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.
É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.
A Companhia decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão - janeiro de 2040 - de acordo com o item 42 do OCPC 05 – Contratos de Concessão, vide nota explicativa no 8.

2.7 Diferido
Os valores constantes no ativo diferido representam gastos pré-operacionais que foram incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os quais estão sendo amortizados em 10 anos pelo método linear. De acordo com a Lei no 11.941 de 2009, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Vide nota explicativa n o 9.

2.8 Provisões
As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.
O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.
Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.9 Apuração do resultado e reconhecimento da receita
A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

2.9.1 Venda de produtos
A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:
· A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
· A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
· O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
· É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
· Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.
Mais especificamente, a receita de venda dos produtos, distribuição de gás e correlatos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

2.9.2 Receita e custo de construção
A Interpretação Técnica - ICPC 01 (R1) – "Contratos de Concessão" estabelece que o concessionário de serviços públicos deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação e distribuição – fornecimento de gás canalizado), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.
A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na distribuição de gás canalizado. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição e comercialização de gás canalizado; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de gás canalizado; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, vide nota explicativa no 16 e 18.

2.9.3 Receitas e despesas financeiras
Representam juros, encargos e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de aplicações financeiras, clientes, fornecedores e outros descontos obtidos conforme demonstrado na nota explicativa n° 19.

2.10 Redução ao valor recuperável dos ativos
No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.
O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.
Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.
Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.
Com base nas análises efetuadas pela administração, não foram identificadas evidências que requeressem ajustes para perda por redução ao valor recuperável dos ativos.

2.11 Imposto de renda e contribuição social
A despesa do imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos.

2.11.1 Corrente
A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240, e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

2.11.2 Diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e nas bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.
Os impostos e contribuições diferidos ativos, provenientes de diferenças temporárias, foram reconhecidos tendo em vista o histórico de rentabilidade e análise de recuperação futura desses créditos. Vide nota explicativa nº 20.

2.11.3 Incentivo fiscal do imposto de renda
Conforme Laudo Constitutivo no 060/2011, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a Companhia goza de benefício de redução de 75% do imposto de renda devido até o ano calendário de 2021. De acordo com o CPC 07 (R1) "Subvenção e Assistência Governamentais", este incentivo fiscal, categorizado como incentivo para investimento, é reconhecido no resultado do exercício, a crédito da despesa de imposto de renda e, ao final do exercício social. O mesmo valor é transferido da conta de lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal).

3 PRINCIPAIS JULGAMENTOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS
Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações em notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; (ii) vida útil do ativo imobilizado; (iii) provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; (iii) tributações diferidas; (iv) perda estimada em créditos de liquidação duvidosa; e (v) divulgação de instrumentos financeiros; as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.
Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Caixa e equivalentes de caixa	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	27.056	636
Aplicações Financeiras	74.737	59.599
	101.793	60.235

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, são representadas por aplicação de CDB e operação compromissada do Banco do Brasil S.A. de curto prazo, remunerada à taxa média de 100% do CDI. As aplicações possuem alta liquidez sem risco de variação significativa do principal.

4.2. Aplicações financeiras	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Aplicações Financeiras (Conta de Pagamento)	561.672	564.357

Os saldos classificados como aplicações financeiras referem-se à conta de pagamento criada especificamente para o recebimento dos valores depositados por seu principal cliente Amazonas Distribuidora de Energia S.A. As aplicações financeiras são representadas por CDB remuneradas à taxa média de 100% do CDI. A movimentação dessa conta depende de aprovações conjuntas da Petrobras, Cigás e Amazonas Energia, conforme contratos de compra e venda de gás firmado entre as partes.

5. CONTAS A RECEBER

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - CCD (a)	3.233.703	3.471.383
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	1.998.031	936.668
Breitener Tambaqui S.A.	46.051	39.668
Outros	2.834	3.655
Total	5.280.619	4.451.374
Circulante	2.238.855	1.232.755
Nao circulante	3.041.764	3.218.619
Total	5.280.619	4.451.374

(a) Conforme mencionado na Nota Explicativa no 5.1, os valores a receber relativos ao Acordo de Confissão de Dívida, celebrado entre a Petrobras e a Amazonas Energia, com a interveniência da Eletrobras, foram classificados como ativo não circulante correspondente às parcelas 36a à 120a, a vencer de janeiro/2018 a janeiro/2025.
O saldo do contas a receber está representado pela seguinte composição por idade de vencimento.

		aging vencido (dias)				
Clientes	A vencer	0 a 30	31 a 60	61 a 90	acima de 90	Total
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	273.418	144.625	48.122	350.477	1.456.318	2.272.960
Confissao de divida - CCD	2.945.201	13.573	-	-	-	2.958.775
Breitener Tambaqui S.A.	-	571	389	453	44.638	46.051
Outros	699	2.059	-	-	76	2.834
Total	3.219.318	160.828	48.511	350.930	1.501.031	5.280.619

Por força dos contratos de compra e venda de gás, após o transcurso de 45 (quarenta e cinco) dias, os créditos não recebidos da Amazonas Energia e da Breitner Tambaqui S.A pela Cigás são automaticamente cedidos à Petrobras, independente da realização de instrumento específico, conforme cláusula 15, vide Nota Explicativa n° 10. As contas a receber de clientes incluem valores vencidos no final do exercício, para os quais a Companhia não constituiu perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, uma vez que é representado por valores a receber da Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
O valor a receber no montante de R$ 46.051, junto ao cliente Breitener Tambaqui S.A., nos termos do que preceitua o contrato firmado entre as partes, já fora cedido à PETROBRAS, ver Nota Explicativa nº 23.d.

5.1 Contrato de confissão de dívida
A Petrobras e a Amazonas Energia seguindo o previsto no item 10.7.2 do contrato de compra e venda de gás entre a Petrobras, Cigás e a Amazonas Energia, assinaram em 31 de dezembro de 2014, o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Carta-Compromisso ("Confissão de Dívida") entre a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Amazonas Energia"), com interveniência da Eletrobras, para que os créditos da Cigás junto à Amazonas Energia, já cedidos à Petrobras, sejam pagos diretamente pela Amazonas Energia à Petrobras.

5.2 Conciliação de Saldo da Cigás x AmE
Foi realizado procedimento à confirmação de saldo com o nosso principal Cliente, Amazonas Energia (AmE) e esta verificação evidenciou uma variação a menor em relação ao contas a receber da CIGÁS, no valor de R$ 10.748. Ressalta-se que essa variação está sendo tratada pelas partes, de acordo com o disposto no item 10.8 do Contrato nº OC1902/2006, no âmbito do Comitê Operacional, conforme previsto na Cláusula Vinte e Três.

5.3 Conciliação de Saldo Cigás x Breitener
No procedimento de confirmação de saldo enviado pela Breitener, administrada pela Petrobras, apontou que não há nenhum débito para com a CIGÁS.
Entretanto, ressalta-se que existe um registro contabilizado no contas a receber da Cigás no valor de R$ 46.051, devido pela Breitener, referente ao saldo das Notas Fiscais de Vendas nºs 96 e 97, emitidas pela Cigás. Por conseguinte, existe um registro contabilizado no contas a pagar da CIGÁS no valor de R$ 39.534, e que faz parte das NFs de Vendas da CIGÁS n°s 96 e 97, em favor da Petrobras. Na carta de confirmação remetida pela Petrobras para a CIGÁS não há registro de débito referente às Notas Fiscais de Compras do gás natural da Petrobras nºs. 331, 334 e 347. A cessão de crédito prevista contratualmente na Cláusula 10.7.2, do Contrato *Upstream*, tem caratér ***"pro solvendo"***, motivo pelo qual a Cigás mantém em seus registros contábeis os valores citados acima no Contas a Receber e no Contas a Pagar, até que a Cigás seja informada formalmente da quitaçao da Breitener para com a Petrobras.

6 CRÉDITOS CONTRATUAIS

	31/12/2016	31/12/2015
Ship or pay - transporte	1.076.778	473.454
Direito de retirada de gás	162.161	125.851
Créditos contratuais	83.785	40.468
Take or pay - commodity	55.896	13.827
Penalidade - PRME	1.242	945
Margem contratual	7.650	178
Take - não-termicos	139	92
Total	1.387.651	654.815
Circulante	1.225.490	528.964
Não circulante	162.161	125.851
Total	1.387.651	654.815

O contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Companhia e seu cliente Amazonas Distribuidora de Energia S.A. estabelece na cláusula terceira um volume mínimo de compra diária de gás. Caso este volume não seja atingido, aAmazonas Distribuidora de Energia S.A. deverá pagar à Companhia a diferença entre o valor mínimo contratado e o efetivamente consumido. O contrato assegura o direito de recuperação desse volume não consumido durante os 60 meses seguintes ao ano em que não ocorreu a retirada do gás natural. Para 31 de dezembro de 2016, a Amazonas Energia também não atingiu o volume mínimo de compra relativo à parcela de gás recuperável e dessa forma a Companhia tem registrado no grupo/conta "créditos nas Operações de gás"/"créditos contratuais" o montante acumulado de R$ 83.785 (31 de dezembro de 2015, R$ 40.468), a ser recebido do cliente, tendo como contrapartida a conta "obrigações de fornecimento de gás" no passivo no grupo "obrigações contratuais" que para 31 de dezembro de 2016 monta R$ 161.564 (31 de dezembro de 2015, R$ 125.254), vide Nota Explicativa n° 11. A Companhia também registrou no passivo no grupo/conta "obrigações contratuais"/ "obrigações contratuais", o saldo a pagar relativo ao gás não retirado da Petrobras, ver Nota Explicativa n° 11. Esses valores podem ser recuperados e por isso foram reconhecidos em contas patrimoniais reflexas.
Em 31 de dezembro de 2016, para os volumes não recuperáveis, referentes ao saldo do volume mínimo de compra não atingido pela Amazonas Energia relativos à parcela do gás (take), do transporte (ship), da margem e da penalidade PRME, faturados através de Cartas de Débitos, monta R$ 1.141.566 (31 de dezembro de 2015, R$ 488.496).

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda	35.149	24.788
Contribuição social	2.928	2.614
COFINS	4.318	2.385
PIS	914	492
Outros	3	30
Total	43.312	30.309

8 INTANGÍVEL
A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Saldo em 1° de janeiro de 2015	205.363	(22.950)	182.413
Adições	22.983	-	22.983
Amortização	-	(9.631)	(9.631)
Baixas	(1.483)	-	(1.483)

Continua...

	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	226.863	(32.581)	194.282
Adições	9.110	-	9.110
Amortização	-	(9.238)	(9.238)
Baixas	(317)	-	(317)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	235.656	(41.819)	193.837

Esses ativos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são compostos como segue:

	Taxa Média de Depreciação a.a - %	31/12/2015	Adições	Transferências	Amortização	Baixa	31/12/2016
Rede de Distribuição - Tubulações	3,92%	181.773	467	532	(8.534)	(101)	174.138
Edificações e Benfeitorias	3,92%	1.716	398	0	(103)	0	2.011
Máquinas e Equipamentos	10,00%	936	467	0	(160)	(6)	1.237
Móveis e Utensílios	6,67%	457	30	0	(47)	(24)	416
Equip. de Processamento de Dados	20,00%	926	261	0	(308)	(10)	870
Software	20,00%	206	119	0	(76)	(0)	249
Veículos e Equipamentos de Transporte	10,00%	51	0	0	(10)	0	41
Obras em Andamento		8.192	7.343	(532)	0	(177)	14.825
Estoque de Imobilizado		25	24	0	0	0	49
Total		194.282	9.110	0	(9.238)	(317)	193.837

O Contrato de Concessão para exploração dos serviços públicos de gás combustível canalizado, celebrado em 18 de novembro de 2002 entre o Poder Concedente e a Companhia (Concessionária), com término em 31 de janeiro de 2040, regulamenta os serviços públicos em tela da seguinte forma:

·O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;

· Extinta a concessão, reverte-se ao Poder Concedente todos os bens e serviços vinculados à infraestrutura, mediante pagamento de uma indenização, prevista na cláusula 20, do contrato; e

· O preço é regulado através de mecanismo de tarifa com base em fórmulas paramétricas, bem como são definidas as modalidades de revisões tarifárias que devem ser suficientes para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de gás canalizado da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos aos seus operadores.

De forma a refletir o negócio de distribuição de gás canalizado, o ativo intangível, em virtude da sua recuperação, está condicionado à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás canalizado pelos consumidores.

A infraestrutura construída para a atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de gás canalizado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de consumo de gás) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar esta tarefa.

Esta indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos realizados nos 10 (dez) anos anteriores ao término da concessão (31 de janeiro de 2040) atualizado monetariamente, conforme os critérios especificados no Contrato de Concessão.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em dezembro de 2010 e, a partir desse mês também iniciou a amortização do intangível pelo prazo da concessão.

8.1 Análise do valor recuperável dos ativos

Com base nas análises efetuadas, a Companhia não identificou evidências que requeressem ajustes para perda por redução do valor de recuperação do seu ativo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

9 DIFERIDO	31/12/2016	31/12/2015
Custo	8.533	8.533
Amortização Acumulada	(5.191)	(4.338)
Total Líquido	3.342	4.195

Refere-se a gastos incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os quais estão sendo amortizados em 10 anos pelo método linear de acordo com a Lei no 11.941 de 2009, art. 38.

10 FORNECEDORES	31/12/2016	31/12/2015
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. - CCD (a)	2.958.774	3.108.070
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.	2.180.088	1.286.491
Outros	574	1.202
Total	5.139.436	4.395.763
Circulante	2.357.103	1.450.562
Não circulante (a)	2.782.333	2.945.201
Total	5.139.436	4.395.763

(a) Conforme mencionado na Nota Explicativa no 5.1 os valores a pagar relativos às parcelas 36ª à 120ª do Acordo de Confissão de Dívida celebrado entre a Petrobras e a Amazonas Energia, com a interveniência da Eletrobras, foram classificados para o passivo não circulante.

11 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	31/12/2016	31/12/2015
Ship or Pay - transporte	1.136.892	551.542
Obrigação de fornecimento de gás	161.564	125.254
Obrigações contratuais	135.015	85.218
Take or Pay - commodity	52.695	17.122
Penalidades - PRME	1.145	877
Total	1.487.311	780.013
Circulante	1.325.747	654.759
Não circulante (a)	161.564	125.254
Total	1.487.311	780.013

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 6 e devido ao contrato reflexo de venda de gás à Amazonas Energia, em 2006 a Companhia também assinou contrato de compra de gás natural firmado com o seu fornecedor Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras que estabelece, na cláusula nona, um volume mínimo diário de compras de gás. Caso este volume não seja atingido, a Companhia deverá pagar à Petrobras a diferença entre o valor mínimo contratual e o efetivamente consumido. O contrato ainda assegura o direito de recuperação de parte do volume durante 60 meses do ano em que não ocorreu a retirada do gás natural, através de fornecimento de gás, dos valores pagos em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra. Os volumes a serem recuperados deverão ser apurados pela diferença entre o volume efetivamente consumido e o volume mínimo da compra anual, previsto no Contrato. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o volume mínimo de compra, relativo à parcela do gás recuperável, não atingido pela Companhia monta um valor acumulado de R$ 135.016 (31 de dezembro de 2015, R$ 85.218) e, desta forma a Companhia tem registrado no passivo no grupo/conta "obrigações contratuais" a obrigação junto à Petrobras, tendo como contrapartida a conta "direito de retirada de gás" no ativo no grupo "créditos contratuais" em 31 de dezembro de 2016 o montante de R$ 162.161 (31 de dezembro de 2015, R$ 125.851), vide Nota Explicativa no 6. A Companhia também registrou no ativo no grupo/conta "créditos contratuais" o saldo a receber da Amazonas Energia relativo ao gás não enviado à Amazonas Energia, ver Nota Explicativa n° 6.

Em 31 de dezembro de 2016, para os volumes não recuperáveis, referentes ao saldo do volume mínimo de compra não atingido pela Companhia, relativo à parcela do gás (take), do transporte (ship), da margem e da penalidade PRME, faturados através de Cartas de Débitos, monta R$ 1.190.732 (2015, R$ 569.541).

12 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	31/12/2016	31/12/2015
Participação nos Lucros e Resultados	1.425	1.412
Férias e encargos	973	1.373
Salários a pagar	-	462
IRRF	357	263
INSS	227	251
FGTS	50	56
Outras obrigações sociais e trabalhistas	62	107
Total	3.094	3.924

13 CONVÊNIO ELETROBRAS

Em 11 de dezembro de 2006, a Companhia assinou um Convênio de Cooperação Técnico-Financeira (ECV-205/2006) junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte. O objetivo deste convênio consiste na viabilização por meio de participação técnica e financeira dos participantes através de estudo, projeto e implantação de Ramais Termelétricos, a mudança da matriz energética do Estado do Amazonas, com a utilização do gás natural em substituição aos combustíveis líquidos derivados de petróleo, contribuindo para a diminuição do consumo de óleo combustível e a consequente emissão de monóxido de carbono e redução dos custos da CCC-Isol.

O referido instrumento prescreve que os valores aportados pela Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras – devem ser reembolsados pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. a partir do início da operação comercial dos ramais termelétricos (PIE's). Assim, da receita líquida auferida com o recebimento das parcelas dos Ramais Termelétricos, o valor destas parcelas será reembolsado durante o período de 96 meses para a Eletrobrás, cujo término previsto no Convênio de Cooperação Técnico-Financeira (ECV-205/2006) é o mês de novembro de 2018.

A estimativa das futuras cessões de parte da receita e consequentemente a taxa efetiva calculada são revisadas mensalmente pela Administração com base nos consumos reais e no contrato firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e nos repasses das parcelas devidas à Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras.

A movimentação do saldo do convênio está composta da seguinte forma:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2014	31.214	36.577	67.791
Juros Provisionados	12.715		12.715
Multas Provisionadas	8.118		8.118
Encargos Pagos	(4.371)	-	(4.371)
Transferência	12.615	(12.615)	-
Amortizações	(8.816)		(8.816)
Saldo em 31/12/2015	51.475	23.962	75.437
Juros Provisionados	23.165		23.165
Multas Provisionadas	-		-
Encargos Pagos	(1.036)	-	(1.036)
Transferência	12.581	(12.581)	-
Amortizaçes	(1.700)		(1.700)
Saldo em 31/12/2016	84.485	11.381	95.866

14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social e mutação

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2016 é de R$ 104.621 (31 de dezembro de 2015, R$ 96.667).

	31 de dezembro de 2016 e 2015				
	Quantidade de Ações			Capital Integralizado	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	2016	2015
Manausgás S.A.	11.586.617	47.292.322	58.878.939	86.768	80.238
Governo do Estado do Amazonas	12.059.540	-	12.059.540	17.853	16.429
Total	23.646.157	47.292.322	70.938.479	104.621	96.667

Conforme Ata de Reunião de Acionistas, realizada no dia 14 de abril de 2016, o capital integralizado foi aumentado em R$ 1.265, quando da destinação da Reserva de Retenção de Lucros do exercício de 2015, sem emissão de novas ações.

Conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 21 de novembro de 2016, o capital foi aumentado em R$ 6.688, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo de reserva de incentivo fiscal do lucro da exploração, vide Nota Explicativa n° 14.3.

Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

·Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social; e

·Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio em caso de dissolução da Companhia.

14.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2016, a Companhia constituiu o montante de R$ 2.384 (31 de dezembro de 2015, R$ 1.616) de reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

14.3 Reserva de incentivo fiscal

Conforme mencionado na Nota no 2.11.3 a parcela correspondente ao incentivo fiscal apurado no exercício foi transferida para a reserva de incentivo fiscal dentro da reserva de lucros. Em 2016 o valor desse incentivo foi de R$ 6.966 (31 de dezembro de 2015, R$ 6.688).

14.4 Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas está assegurado, pelo Estatuto Social, um dividendo mínimo correspondente a 75% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante a legislação em vigor. Abaixo detalhamos o cálculo:

	31/12/2016 R$ mil	31/12/2015 R$ mil
Lucro Líquido	47.680	32.315
Constituição de Reserva Legal	(2.384)	(1.616)
Constituição de Reserva de Incentivo Fiscal	(6.966)	(6.688)
	38.330	24.011
Dividendos mínimos obrigatórios - 75%	28.748	18.008
Total de ações ordinárias e prefenciais	70.938.484	70.938.484
Dividendos mínimos obrigatórios por total de ações (ordinárias e preferenciais) - em R$	0,4052	0,2539

A movimentação do saldo de dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.314
Provisão de dividendos adicionais relativos a 2014	11.159
Pagamento de dividendos adicionais relativos a 2014	(11.159)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	18.008
Pagamento de dividendos relativos a 2014	(11.314)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	18.008
Provisão de dividendos adicionais relativos a 2015	6.003
Pagamento de dividendos adicionais relativos a 2015	(6.003)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2016	28.748
Pagamento de dividendos relativos a 2015	(18.008)
Pagamento de dividendos intermediários relatívos a 2016	(12.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.964

14.5 Dividendos adicionais propostos

Em 14 de abril de 2016, o Conselho de Administração aprovou o pagamento dos dividendos adicionais propostos pela Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de R$ 6.003. A Companhia decidiu em 2016, ad referendum da Assembleia Geral, propor dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R$ 5.321, relativo ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e classificou esses dividendos dentro do patrimônio líquido.

15 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

As provisões constituídas para processos trabalhistas, fiscais e cíveis são compostas como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Processo - Reman	104.477	86.054
Trabalhistas	127	162
Fiscais	215	198
Cíveis	54	-
Total	104.873	86.414

Amovimentação está abaixo demonstrada:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2014	70.781
Atualização do honorário de êxito	15
Constituição de provisão	101
Constituição de provisão para valores recebidos Reman (ver nota 15.3.2)	13.380
Atualização de provisão - Reman (ver nota 15.3.2)	2.137
Saldo em 31 de dezembro de 2015	86.414
Atualização do honorário de êxito	16
Constituição de provisão	19
Constituição de provisão para valores recebidos Reman (ver nota 15.3.2)	12.698
Atualização de provisão - Reman (ver nota 15.3.2)	5.725
Saldo em 31 de dezembro de 2016	104.873

15.1 Trabalhista e cíveis

A PCCM Construção e Montagem Ltda. ("PCCM") foi contratada pela CIGÁS para prestação de serviços de consolidação do projeto básico e executivo, construção, montagem, condicionamento, testes e comissionamento na rede de distribuição de gás natural e elementos de redes referentes aos ramais industriais do empreendimento intitulado de ramais industriais Aparecida Fase I da Cidade de Manaus/AM, incluindo o fornecimento de materiais e serviços. Em face da inexecução contratual por parte da referida empresa (abandono do canteiro de obras, não pagamento de funcionários e outros), a Companhia formalizou distrato do contrato, em outubro de 2012. Diante do não cumprimento das obrigações trabalhistas pela PCCM, os funcionários

Continua...

daquela empresa, sentindo-se lesionados, moveram ações trabalhistas e cíveis, nas quais a CIGÁS fora chamada na qualidade de litisconsorte, em face de eventual responsabilidade subsidiária a ser verificada pelo Juízo. A PCCM firmou vários acordos judiciais, mas diante do descumprimento, as execuções foram direcionadas à CIGÁS. O valor das ações trabalhistas e cíveis que a Companhia e seus assessores jurídicos avaliaram como provável de perda monta R$ 127 (31 de dezembro de 2015, R$ 162). Outros processos de natureza trabalhista foram considerados pela Administração da Companhia, juntamente com a opinião de seus assessores jurídicos, como possível a perda nestas causas e não constituíram provisão e que montam R$ 346 (31 de dezembro de 2015, R$ 261).

15.2 Honorários de êxito

A Companhia se defende de Autos de Infração movidos pela Secretaria da Receita Federal relativos a imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuição para o programa de integração social – PIS, e contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS, referente aos depósitos efetuados pela Eletrobras, pertinente ao Convênio ECV Nº 205/2006, os quais são considerados indevidos pela administração da Companhia e pelos seus assessores jurídicos. Os honorários advocatícios sobre esses processos foram acordados com os assessores jurídicos da Companhia como sendo um percentual do valor do Auto, caso a Companhia obtenha êxito, isto é, honorários de sucesso. Devido ao fato da Companhia e dos seus assessores jurídicos classificarem tais causas como possível de perda, a Administração decidiu constituir provisão sobre os respectivos honorários advocatícios, os quais para 31 de dezembro de 2016 montam R$ 215 (31 de dezembro de 2015, R$ 198).

Adicionalmente, a Companhia possui outros processos de natureza tributária, cível e trabalhista no montante de R$ 9.727 (2015, R$ 8.596), mas que, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, as chances de perda são possíveis, razão pela qual não se registrou qualquer provisão às demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

15.3 Ativos contingentes

15.3.1 – Construtora LJA

A Construtora LJA Ltda. foi contratada pela Cigás para efetuar a construção dos ramais termoelétricos, entretanto houve rescisão do contrato entre as partes devido a não entrega de tubos adquiridos pela Cigás. A Companhia move uma ação contra a Construtora no valor de R$ 18.516. O direito da Companhia já foi reconhecido judicialmente, estando o processo em fase de execução dos valores.

15.3.2 – Indenização Reman

A Companhia move uma ação de indenização contra as empresas Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras Reman no montante de R$ 58.923, devido ao fornecimento de gás natural diretamente da Petrobras para a Petrobras Reman, desconsiderando a exclusividade da Cigás para fornecimento de gás no estado do Amazonas.

Em 19 de agosto de 2014, o Juízo da 1ª. Vara da Fazenda Pública Estadual determinou a transferência, para conta de titularidade da CIGÁS, do montante de R$ 63.191, a título de indenização por essa aquisição direta pela PETROBRAS. O Juízo também determinou que a PETROBRAS transferisse mensalmente à CIGÁS o valor do respectivo consumo. Essas transferências vêm ocorrendo desde setembro de 2014, com base nos volumes apurados pela Petrobras S.A. e Petrobras REMAN. O montante recebido no exercício de 2016 foi de R$ 12.698 (31 de dezembro de 2015, R$ 13.380). Como o processo ainda cabe recurso, a Companhia provisionou este montante até o momento em que o processo estiver finalizado (transitado em julgado). Tais valores são atualizados pelo IPCA, mesmo indexador utilizado para a atualização da tarifa anual do gás térmico, considerando o volume consumido pela Reman. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo deste processo devidamente atualizado é de R$ 104.477 (31 de dezembro de 2015, R$ 86.055).

16. RECEITA LIQUIDA

	2016	2015
Receita Bruta		
Receita com venda	1.610.526	1.841.577
Receita de cláusula de take or pay/ship or pay e margem	1.069.269	630.269
Receita de serviço de construção (vide nota explicativa nº 3.7.2)	9.110	21.275
Total da Receita	2.688.905	2.493.122
(-) Deduções		
PIS sobre vendas	(44.217)	(40.808)
COFINS sobre vendas	(203.664)	(186.953)
ICMS sobre vendas	(1.002)	-
Total das deduções	(248.883)	(227.760)
Receita Líquida	2.440.022	2.265.361

17 COMPROMISSOS

Para compromissos relativos à compra e venda de gás, vide Notas Explicativas nºs 6 e 11.

18 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26(R1), estamos apresentando a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2016	2015
Custo do gás vendido	(1.394.166)	(1.596.784)
Custo dos serviços de construção (vide nota explicativa nº 3.7.2)	(9.110)	(21.275)
Custo de cláusulas de take or pay / ship or pay / PRME	(940.086)	(555.009)
Amortização do intangível e do diferido	(10.091)	(10.484)
Despesas com pessoal	(16.838)	(18.071)
Serviços de terceiros	(2.286)	(3.220)
Aluguéis	(1.363)	(1.268)
Despesas gerais	(2.245)	(2.325)
Perdas de ativo imobilizado	(288)	(626)
Serviços públicos	(143)	(137)
Viagens	(491)	(722)
Material de uso e consumo	(883)	(757)
Impostos e taxas	(71)	(23)
Outros	(196)	(104)
Total	(2.378.256)	(2.210.805)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(2.343.489)	(2.161.413)
Custo dos serviços de construção	(9.110)	(21.275)
Despesas gerais e administrativas	(25.209)	(27.494)
Outras receitas (despesas) operacionais	(448)	(623)
Total	(2.378.256)	(2.210.805)

19 RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	2016	2015
Receita por recebimento em atraso	325.935	134.461
Rendimento de aplicação financeira	82.674	63.501
PIS/COFINS sobre receita financeira	(19.355)	(9.760)
Outras receitas financeiras	170	1.114
Total de receitas financeiras	389.424	189.316
Despesas Financeiras		
Juros por pagamento em atraso	(371.991)	(184.831)
Encargos Eletrobras	(13.492)	(12.715)
Encargos Remam	(5.725)	(2.137)
Outras despesas financeiras	265	(2.420)
Total de despesas financeiras	(390.942)	(202.103)
Total do resultado financeiro	(1.518)	(12.787)

A redução do resultado financeiro advém principalmente do aumento das receitas financeiras sobre aplicações e também do valor da diferença decorrente da inadimplência da Amazonas Energia, e do consequente inadimplemento do pagamento do fornecedor Petrobrás, relativa à operação conexa de compra e venda de gás, conforme mencionado nas Notas Explicativas nos 1, 5, 6, 10 e 11.

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

20.1 Diferido

Ativos	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	10.890 (1)	5.130
Provisão para perda de crédito - Processo LJA	9.311	9.311
Provisão para pagamento de participação nos lucros e resultados	1.425	1.412
Total das provisões temporárias	21.627	15.853
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre provisões temporárias	7.353	5.390

(1) Refere-se aos valores que compõem a base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social do diferido ativo sendo: R$ 10.495 relativo à atualização do saldo do processo Reman; R$ 215 relativo à honorários de êxito advocatícios do processo PIS/COFINS sobre os aportes do Convênio; R$ 127 relativo contingências trabalhistas e R$ 53 relativo a processo civil. Vide Nota Explicativa nº 15.

Passivos	31/12/2016	31/12/2015
Impostos diferidos		
PIS E COFINS (A)	518.669	409.082
IRPJ e CSLL sobre lucros não realizados (A)	63.868	51.535
IRPJ e CSLL sobre ajustes Lei 12.973/14 (B)	1.667	1.690
Total	584.204	462.307
(-) Ativo	(7.353)	(5.390)
Imposto diferido líquido	576.851	456.917

(A) A Companhia constituiu provisão tributos diferidos calculados sobre os lucros e receita não realizados nas operações de distribuição de gás para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., de acordo com o artigo no 409 do Decreto 3.000, de 26 de março de 1999 e com a Lei nº 10.833/03, respectivamente.

(B) A Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferença entre as normas contábeis e fiscais relativas a ajustes oriundos da adoção inicial da Lei 12.973, a qual será refletida nas apurações do lucro tributável até o final da concessão. O ajuste foi relativo à diferença entre a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível conforme Nota Explicativa no 8.

Na constituição dos tributos diferidos ativos e passivos, foi utilizada a alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social de 34% para os ajustes que afetam apenas o lucro real (provisões temporárias e lucros) e a alíquota incentivada de 15,25% para aqueles que afetam tanto o lucro real quanto o lucro da exploração.

Resultado

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados no resultado do exercício conforme abaixo discriminado:

Resultado	2016	2015
Constituição de imposto de renda e contribuição social ativo	1.952	851
Constituição de imposto de renda e contribuição social passivos	(8.471)	(7.888)
Imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado	(6.519)	(7.037)
PIS e COFINS diferidos passivos	(143.994)	(58.580)
Total de tributos diferidos registrados no resultado	(150.513)	(65.617)

O PIS e COFINS diferido foram registrados na demonstração do resultado do exercício no montante de R$ 248.264 (31 de dezembro de 2015, R$ 58.580) na linha de deduções de vendas que compõe a receita líquida.

20.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Abaixo demonstramos a composição do imposto de renda e da contribuição social:

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	60.247	41.767
Alíquotas normais - %	34%	34%
Impostos calculados à alíquota nominal	(20.484)	(14.201)
Incentivo fiscal do lucro da exploração	6.966	6.688
Outros	951	(1.941)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(12.567)	(9.454)

21 PARTES RELACIONADAS

21.1 Remuneração da administração

A remuneração dos administradores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é representada abaixo:

Descrição	2016	2015
Honorários e encargos sociais	1.087	888

A Companhia não propicia a seus administradores benefícios de pós-emprego, de longo prazo nem plano de opção de ações. Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração da Companhia.

22 COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia:

Riscos	Valor da cobertura R$	Vencimento
Responsabilidade civel de administradores	105.750	01/10/2017
Responsabilidade civel geral	275.623	10/12/2017
Responsabilidade operativa de dutos de gás e outros	509.427	11/12/2017

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI – Certificado de depósito interbancário, conforme detalhado na Nota Explicativa n° 4.

b.1) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2016 considerando percentual de 10%. A análise é preparada assumindo que o valor do instrumento financeiro em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício seguinte e que obteve um rendimento esperado conforme as projeções do mercado. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de variação na taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças do CDI.

Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando as taxas de juros reduzem em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes. Para um aumento da taxa de juros no mesmo percentual, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio e os saldos apresentados seriam positivos.

Saldos	Risco	Impacto no resultado e patrimônio
Aplicações financeiras	queda do CDI	(2.450)

Para expectativa do saldo das aplicações financeiras ao final do exercício foram consideradas as taxas futuras da SELIC de 10,50%, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano.

c) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

Devido às características das operações da Companhia, inerentes ao mercado segmento de gás natural, a mesma concentra mais de 98% de suas vendas para um único cliente que é a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. para suprimento de gás para 6 termoelétricas.

d) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

31 de dezembro de 2016	Até 1 ano	Entre 1 e dois anos	Entre dois e cinco anos	Maior que cinco anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	2.181.521	-	-	-	2.181.521
Confissão de dívida - CCD (*)	176.441	771.685	1.977.686	32.961	2.958.774
Convênio Eletrobras	84.485	11.381	-	-	95.866
Total	2.442.447	783.066	1.977.686	32.961	5.236.161

(*) Conforme Nota Explicativa no 5.1., o crédito relativo à CCD foi cedido pela Cigás para a Petrobras, portanto esse saldo devedor será quitado diretamente pela Amazonas Energia para a Petrobras.

Conforme Notas Explicativas nos 1, 5, 6, 10 e 11, devido às características contratuais das operações da Companhia para a distribuição de gás para termelétricas, o contrato de compra e venda de gás é conexo ao contrato de fornecimento de gás. Os valores a pagar para a Petrobras estão atrelados ao recebimento dos valores correspondentes da Amazonas Energia e da Breitner Tambaqui além de, conforme previsão contratual, após o transcurso de 45 (quarenta e cinco) dias, os créditos não recebidos da Amazonas Energia e da Breitner Tambaqui S.A. pela Cigás são automaticamente cedidos à Petrobras, independente da realização de instrumento específico.

e) Gestão do risco de capital

	31/12/2016	31/12/2015
Dívida de convênio	95.866	75.437
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	(663.466)	(624.592)
Dívida líquida	(567.600)	(549.155)
Patrimônio líquido	128.479	118.544
Indice de alavancagem financeira - %	-442%	-463%

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia não sofreu alteração. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na Nota Explicativa no 14).

f) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Continua...

24 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota Explicativa	2016	2015
Contabilização de reservas	14.1	6.688	3.778
Provisão para pagamento de dividendos	14.1	15.964	18.008

25 AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da administraqao da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstraqoes financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e concluiram que as referidas demonstraqoes traduzem com propriedade sua posiqao patrimonial e financeira e as aprovam em 20 de fevereiro de 2017.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da **COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS** , no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras Exercício Findo em 31 de dezembro de 2016 e do Relatório do Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. 2. Foram verificadas, também, as proposta para destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.A base de calculo dos dividendos do exercício de 2016 e de R$ 38.329.826,55 (Trinta e oito milhões, trezentos e vinte e nove mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos), composto da seguinte forma: i) O montante de R$ 28.747.369,91 (Vinte e oito milhões, setecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e vinte e seis reais e noventa e um centavos), é correspondente a 75% do lucro liquido do exercício, referente aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no Art. 29 do Estatuto Social e no disposto no Art. 202 da Lei 6.404/76, dos quais R$ 12.783.641,57 (Doze milhões, setecentos e oitenta e três mil, seiscentos e quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos) já foram pagos em 21/11/2016, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 06/10/2016. ii) o montante de R$ 9.582.456,64 (Nove milhões, quinhentos e oitenta e dois e cinquenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), dos quais R$ 4.261.213,86 (Quatro milhões, duzentos e sessenta e um mil, duzentos e treze reais e oitenta e seis centavos) am pagos em 21/11/2016, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 06/10/2016, Diretoria Executiva constituiu fundo de reserva de retenção de lucro, correspondente a 25% do lucro do exercício. A Assembleia Geral Ordinária deverá se manifestar sobre a destinação dessa reserva retida, conforme paragrafo S 1º do Art. 29 do Estatuto Social. Constatou-se que as propostas retro mencionadas, referendadas na Reunião do Conselho de Administração, de 28 de março de 2017, não causarão prejuízo aos acionistas e permitem ajustar a estrutura de capital da Companhia ao seu nível investimento. Com base nos exames efetuados e à vista do parecer do Macie Auditores S/S – Grupo Maciel, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das proposta formuladas pelo Conselho de Administração, incluindo as Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2016. Manaus, 29 de março de 2017.

VIVIANE VIEIRA DE SOUZA
CONSELHEIRO

ANDRÉ GUSTAVO LINS DE MACÊDO
CONSELHEIRO

HELOYSA SIMONETTI TEIXEIRA
CONSELHEIRO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e administração da Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS - Manaus - AM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos - Auditoria dos valores referentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório com ressalvas na opinião em 18 de março de 2016, referente a ausência de conciliação dos saldos em relação as cartas de confirmações de saldos. Amazonas Distribuidora de Energia S.A., apresentava saldo de contas a receber e créditos contratuais a menor de R$ 6.348 mil em relação ao saldo contábil, Petróleo Brasileiros S.A. - Petrobras apresentava saldo de fornecedores e obrigações contratuais a menor no montante de R$ 5.135 mil em relação ao saldo contábil e Centrais Elétricas Brasileiras S.A., apresentava saldo a pagar referente ao convenio a maior de R$ 5.551 mil, em relação ao saldo contábil.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que ha distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração e responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável e um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude e maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstancias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de fevereiro de 2017.

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS - 59.628/O-2 - S - AM
Sócio Responsável Técnico

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 - S - SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS - 71.505/O-3 - S - AM
Sócio Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
1CRC RS - 65.932/O-7 - S - AM
Sócia Responsável Técnica

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Heraldo Beleza Câmara
Hermano Darwin Vasconcellos Mattos
Lino José de Souza Chíxaro
Anibal Guedes Lobo
William George Barrington

DIRETORIA

Lino José de Souza Chicharo
Diretor Presidente

José Ricardo dos Santos Neto
Diretor Administrativo e Financeiro

Clovis Correia Junior
Diretor Técnico e Comercial

Sônia Maria Matsui de Paula
Contadora - CRC: AM 006311/O-5